

EDITORIAL

A crise pela qual atravessa a Igreja vai caracterizando-se, cada dia mais, como crise de identidade. Se à pergunta 'que é a Igreja?' pretendemos responder com um 'a Igreja somos nós', isso não passa de um mero jogo de palavras, pois esse 'nós' não define nem os limites, nem as estruturas, nem as origens, nem, sobretudo, a missão da Igreja no mundo contemporâneo. É verdade que a Igreja somos nós. Mas nós, quem somos? Qual é a nossa origem, quais as nossas fronteiras, qual a nossa organização? Qual é a nossa tarefa num mundo secularizado? Temos ainda uma palavra a anunciar diante dos homens? Temos uma missão a cumprir?

Por outra parte, esse 'nós' pode ser perigoso. Pelo fato de afirmarmos que a Igreja somos nós, não estamos, porventura, defendendo um igualitarismo nivelador no interior da Igreja? A tarefa de cada um de nós é exatamente a mesma? Aliás, o problema de caracterização da Igreja é de vital importância, pois, se nos identificamos com ela, a sua crise de identidade implica também numa crise de identidade que é nossa. Se não sabemos quem é a Igreja, a consequência lógica é que não sabemos tampouco quem somos nós.

É a verdade é que tantas vezes empregamos a palavra Igreja sem refletirmos sobre o seu conteúdo! Prescindindo do significado material — templo, lugar de culto —, podemos dizer que com essa palavra referimo-nos sempre a um conjunto

de pessoas. Mas a quantidade de adjetivos que invariavelmente acrescentamos está a indicar-nos uma certa ambigüidade: Igreja local, Igreja universal; Igreja do Brasil ou no Brasil? Afirmamos a existência de **uma** Igreja, mas falamos do "Conselho Mundial das Igrejas". Há uma Igreja hierárquica, uma Igreja docente, uma Igreja militante. . . Há, na expressão dos Santos Padres, até uma "Ecclesia ab Abel", uma Igreja que começa com o justo Abel e que abrange todos os homens de boa vontade. Mas há também uma Igreja católica (quer dizer, universal) à qual é atribuído um qualificativo bem particular: romana. Há cristãos que falam de uma Igreja interna, comunidade invisível, conhecida só por Deus; e há os que sublinham o seu caráter de sociedade visível, tão visível, na frase de S. Roberto Bellarmino, como a República de Veneza.

Por isso, é necessário que, no meio de um mundo secularizado, nos perguntemos: Quem é a Igreja? Quem somos nós?

A crise de identidade é própria de qualquer ser consciente. O homem aceita, num primeiro momento, a sua existência como algo evidente. Só na adolescência começa a questionar-se, a procurar a identidade do seu "eu". A reflexão sobre si mesmo é indício de amadurecimento e, por isso, ninguém se deve assustar. Se a Igreja reflete sobre si mesma é porque está em fase de amadurecimento, porque quer encontrar-se consigo mesma. Os primeiros séculos cristãos enfrentaram outros problemas: a necessidade de diferenciar claramente a mensagem divina de Cristo das elucubrações humanas do paganismo circundante. Por isso, a problemática dos primeiros concílios girou em torno à pessoa de Cristo e ao problema trinitário. Sobre a Igreja, diretamente, não há uma única palavra nos oito grandes Concílios orientais.

A primeira crise de identidade deu-se no século XVI e é contemporânea de uma crise geral

do pensamento humano. Surge a Filosofia crítica, que pretende justificar racionalmente até o próprio pensamento. Os descobrimentos geográficos rompem o quadro estreito da visão que o homem tinha da terra. O desenvolvimento das ciências naturais despedaça as sínteses do saber humano, que a Idade Média, com as suas "Sumas", pretendia realizar. O Estado moderno afirma a sua autonomia perante a Igreja. Surge assim a revolução religiosa, que conhecemos sob o nome de Reforma. Mas, por um paradoxo, a luta não se trava diretamente no campo eclesiológico. Para o historiador atual, é evidente que as diferenças entre católicos e protestantes eram e são, fundamentalmente, diferenças de concepção sobre a natureza e a missão da Igreja. Mas a luta foi desviada para campos parciais: indulgências, justificação pela fé, sacramentos... Mesmo questões disciplinares, como o celibato ou a comunhão sob as duas espécies, mereceram maior atenção do que a grande questão: a Igreja. Por isso, não é estranho que o Concílio de Trento não tenha um único documento sobre a Igreja.

É necessário chegarmos ao Vaticano I (o XX Concílio Ecumênico!), para encontrar um esforço direto de fixação da doutrina da Igreja sobre si mesma. Mas as sessões do Vaticano I terminaram de modo muito diferente do previsto: as tropas italianas, que já se concentravam nos arredores da Cidade Eterna, forçaram a interrupção dos trabalhos no mês de julho. E, aos 20 de setembro de 1870, a incorporação de Roma ao Reino de Itália trouxe consigo a conclusão, de fato, do Concílio. Do amplo esquema preparado sobre a Igreja, apenas uma pequena parte (sobre a infalibilidade e o primado papais) fora discutida e aprovada. A Teologia encontrou-se assim numa situação paradoxal: possuía uma doutrina explícita e relativamente bem desenvolvida, acerca de um pormenor, de um aspeto parcial — o papado —, mas faltava-lhe uma visão de conjunto da Igreja como um todo.

As conseqüências não tardaram em deixar-se sentir: a Ecclesiologia, o tratado da Igreja, reduziu-se nos manuais pouco menos que a uma hierarcologia, a um tratado da hierarquia; e, mesmo assim, era, prevalentemente, um tratado sobre o Papa, os seus poderes, as suas prerrogativas. O que acontece quando, num corpo, a cabeça cresce desmesuradamente? Perde-se o equilíbrio. E exatamente isso aconteceu na Igreja, Corpo de Cristo. A sua cabeça visível, o Papa, sofreu uma hipertrofia.

Por isso, no momento do anúncio do Vaticano II, que prometia ser uma nova primavera na vida da Igreja, todas as mentes se voltaram para a Ecclesiologia, como para uma das suas finalidades: era necessário completar e desenvolver a obra começada pelo Vaticano I; precisava-se construir, ao lado da doutrina sobre o papado, uma teologia do episcopado e, sobretudo, uma teologia do laicato.

O Concílio deveria, na expressão feliz de Paulo VI, responder à pergunta: "Igreja, que dizes de ti mesma?" O Vaticano II seria o momento da reflexão, do amadurecimento, da tomada plena de consciência de uma Igreja que saía da puberdade. Mas, simultaneamente a essa autorreflexão, foi surgindo uma segunda pergunta, que tomou força no decurso dos anos pré-conciliares e conciliares: "Igreja, que dizes do mundo? Esse mundo que te rodeia pode continuar a ser contemplado com olhos hostis, a ser condenado? É possível e hoje proclamar a impossibilidade da reconciliação entre Igreja e mundo moderno, como fazia a proposição 80 do Syllabus?"

O Vaticano II tratou de dar resposta a essas perguntas, mediante os seus dois documentos mais característicos: a Constituição dogmática **Lumen Gentium** e a Constituição Pastoral **Gaudium et Spes**. Mas os documentos conciliares, como qualquer outro tipo de expressão humana, estão su-

jeitos ao envelhecimento. Não pensemos que, pelo fato de o Vaticano II ter falado, já fiquem resolvidas todas as questões sobre a Igreja. Continuemos e continuaremos a nos questionar sobre a nossa identidade. É verdade que a crise de que falávamos no começo procede, em não pequena medida, do desconhecimento dos ensinamentos conciliares. Mas, mesmo após um estudo pormenorizado daqueles dois grandes documentos, ficam dúvidas e interrogantes. Fica, sobretudo, a distância, que para muitos parece intransponível, entre teoria e prática, entre doutrina ensinada e fé viva. Fica a necessidade de abrir a nossa linguagem para a compreensão do mundo e de não nos fecharmos num gueto intra-ecclesial. E fica também a possibilidade da descoberta de novos horizontes, que o nosso próprio caminhar vai des-cortinando, aos poucos. A palavra do Concílio, de um modo semelhante à palavra da Escritura, tem que ser vivida no contexto do dia-a-dia; tem que ser reinterpretada, aprofundada e completada, de acordo com as circunstâncias de um mundo que se encontra em contínua mutação.